ano 11 - n. 22 | julho/dezembro - 2022 Belo Horizonte | p. 1-298 | ISSN 2238-1511 R. bras. de Infraestrutura - RBINF

Revista Brasileira de INFRAESTRUTURA

RBINF



Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Sistema de registro de preços à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Ricardo	Marcondes Martins
1	Introito
2	Sistema de registro de preços na Lei nº 14.133/2021: legitimação da
	deturpação de um instituto
3	Contextualização histórica do Sistema de Registro de Preço e de suas
	deturpações
4	Licitação de registro de preços
5	Definição e quantificação do objeto
6	Quantidade mínima a ser cotada
7	Preços diferentes
8	Divisibilidade do objeto
9	Tipos de licitação
10	Alteração dos preços
11	Registro de mais de um fornecedor
12	Proibição de participação em mais de uma ata
13	Cancelamento da ata
14	Quantidade indefinida
15	Artigo 82, §5º, da Lei nº 14.133/2021
15.1	Artigo 82, §5º, caput
15.2	Pesquisa de preços
15.3	Previsão regulamentar
15.4	Rotina de controle
15.5	Atualização periódica
15.6	Período de validade
15.7	Registro de outros licitantes além do vencedor
15.8	Registro de preços e contratação direta
16	Efeitos do registro
17	Direito à contratação
18	Previsão orçamentária
19	Direito à indenização
20	Redação do art. 83 da Lei nº 14.133/2021
21	Prazo de vigência da ata
21.1	Prorrogação da ata
21.2	Prazo do contrato decorrente da ata
22	Obras e serviços de engenharia
22.1	Serviços comum e especial de engenharia
22.2	Pressupostos para utilização do sistema de registro de preços
22.3	Modalidade de licitação
23	Ata compartilhada e não compartilhada
23.1	Procedimento de intenção de registro

23.2 23.3 23.4 23.5 23.6 23.7 23.8 24	O "carona" Legalização do carona Vedação da adesão de participante Limites legais para a adesão Carona impositiva Carona para aquisição emergencial Carona federal em atas estaduais ou municipais Conclusões Referências	56 59 61 62 63 64 66 67 70
	nciamento e competência regulamentar	
João Vi	ctor Tavares Galil	73
1	Introito	73
2	O credenciamento na Lei nº 14.133/2021	74
2.1	Chamamento público	75
2.2	O processo	77
2.3	O regulamento do credenciamento	80
3	Um outro credenciamento	83
	Referências	86
atuaçã	oreferência constitucional: cientificidade, coerência e logicidade na áo do gestor de precatórios acerda Bezerra Fernandes	87
Diano L		
1 2 2.1	Introdução Premissa metodológica Regimes de pagamento de precatórios Regime ordinário	87 89 91 91
2.2	Regime especial	92
3	Ordem cronológica	93
4	Análise crítica do conjunto dogmático referente à superpreferência	95
5	Gestão de precatórios e controle de constitucionalidade	101
6	Conclusões	107
	Referências	108
Proces	sso administrativo e políticas públicas	
Otavio '	Venturini	111
1	Do ato ao processo: o paradigma processual da atividade administrativa e suas	
2	repercussões no desenho institucional das políticas públicas	111
	políticas públicas	115
	Conclusão	125
	Referências	127
Do pro	ocedimento de decisão administrativa: da fundamentação mediante ração	
Thiago	Reis Augusto Rigamonti	129
	Introdução	130
1	Do dever de fundamentação	131
2	Da ponderação	138

3	Da fórmula do peso	147
4	Do procedimento de decisão administrativa	154
4.1	Da aplicação em casos concretos	156
4.1.1	Da divulgação nominal de vencimentos de servidores	157
4.1.2	Da determinação de execução de censo	162
	Conclusão	165
	Referências	168
	apropriação urbanística no direito brasileiro: notas sobre sua ade e constitucionalidade	
Pedro L	uiz Ferreira de Almeida	173
	Introdução	173
1	A desapropriação por zona	175
2	Desapropriação de área contígua	176
3	Desapropriação para fins de revenda	179
4	A questão da atividade econômica	180
5	O princípio da proporcionalidade e a desapropriação por zona	183
	Conclusão	186
	Referências	188
	o público funerário curitibano: suposto descumprimento de preceitos mentais	
Isabella	a Macedo Torres, Fábio Farias de Mattos Lima	191
1 1.1	Introdução	192
	699/2009	193
2	Espécies de serviços previstos na legislação curitibana	196
2.1	A inconstitucionalidade da Lei nº 15.620/2020	199
3	A questão referente ao agenciamento funerário	201
4	A ADPF nº 788 e o sistema de escolha aleatória de funerárias	204
4.1	Breves apontamentos acerca do controle de constitucionalidade: o	
	descumprimento de preceitos fundamentais	206
4.2	A tentativa de uniformização da jurisprudência sobre a temática	207
4.3	Os preceitos fundamentais descumpridos conforme a ADPF nº 788	209
4.3.1	A contrariedade ao direito fundamental à livre iniciativa e à liberdade econômica	209
4.3.2	Ausência de escolha por parte do consumidor	213
4.3.3	O direito fundamental à liberdade religiosa	214
	Conclusões	217
	Referências	218
	derações sobre a atividade funerária sob a ótica do conceito de	
_	o público e as suas implicações na organização municipal	
Vinícius	s dos Santos Silva	223
1	Introdução	223
2	O conceito de serviço público: as principais correntes doutrinárias pátrias Reflexões sobre distinções teóricas decorrentes da categorização ou não de uma	224
	atividade como servico público	226

4	Consequências práticas da categorização da atividade funerária como serviço público para a organização municipal	229		
4.1 4.2	Distinções com implicações relevantes à organização municipal	229 231		
5	Conclusão	233 234		
Obras e serviços de engenharia na Nova Lei de Licitações: panorama geral				
Leonardo Vieira de Souza				
1	Introdução	237		
2	Sobre o processo licitatório na Nova Lei de Licitações	238		
2.1	Etapa preparatória	239		
2.2	ETP	242		
2.3	Edital e regras específicas para obras e serviços de engenharia	243		
2.4	Outras observações	247		
_	ias entre a ciência jurídica e a ciência econômica em matéria de			
•	rio econômico-financeiro em concessões			
Pedro Luís de Vasconcelos Oliveira		251		
1 2	Introdução	252		
	equilíbrio econômico-financeiro	255		
2.1 2.2	O conceito jurídico de equilíbrio econômico-financeiro	255		
3	conceito jurídico de equilíbrio econômico-financeiro	260		
3.1	necessários à efetivação da garantia do equilíbrio econômico-financeiro	268		
	de reequilíbrio	276		
4	Aplicação de conceitos econômicos na compreensão dos efeitos do sistema de			
	equilíbrio econômico-financeiro nos incentivos e custos envolvidos no contrato	283		
4.1	Assimetria de informação e o sistema de reequilíbrio	285		
4.2	Risco moral (ação oculta) e o sistema de reequilíbrio	289		
5	Conclusões	292		
	Referências	294		
Instruç	ões para os autores	297		